Ministério da Cultura | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | Universidade Federal da Bahia | Observatório da Economia Criativa da Bahia

apresentam

ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

guia introdutório



IPHAN





ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Guia introdutório

EXPEDIENTE

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Presidente
Leandro Antônio Grass Peixoto

Diretoria
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Coordenação de Fomento e Promoção do Patrimônio
Marycléa Carmona Maués Neves

Serviço de Sustentabilidade Econômica do Patrimônio
Martina Ahlert

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Reitora
Georgina Gonçalves dos Santos

Vice-Reitor
Fábio Josué Souza dos Santos

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT
Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Reitor
Paulo Miguez

Vice-Reitor
Penildon Silva Filho

Escola de Administração - EAUFBA
André Luis Nascimento Santos

Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão - FAPEX
Antonio Fernando de Souza Queiroz

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA DA BAHIA - OBEC BAHIA

Coordenadora
Daniele Pereira Canedo

Coordenação da pesquisa
Daniele Pereira Canedo
Ernani Coelho Neto

Pesquisadores(as)
Amanda Haubert Ferreira Coelho
Caroline Fantinel
Daniele Pereira Canedo
Ernani Coelho Neto
Mona Nascimento
Raíssa Santos Caldas Almeida
Thaís Fernanda Salves De Brito
Vitor Breno Rocha Oliveira

Pesquisadores(as) em formação (Iniciação Científica)
Ana Carolina Marques de Queiroz (até set 2025)
Gabriel Rodrigues Pereira
Jéssica Barbosa (até out 2025)
Priscila Teixeira das Neves

Coordenação de comunicação
Lore Cerqueira
Rafael Moreno

Ministério da Cultura | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | Universidade Federal da Bahia | Observatório da Economia Criativa da Bahia

apresentam

PESQUISA
PATRIMÔNIO CULTURAL,
ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

guia introdutório

Brasília
IPHAN
2025



FICHA TÉCNICA

Identidade Visual
Casa Grida (Iansã Negrão, Inara Negrão e Morgana Miranda)

Projeto gráfico e diagramação
Rafael Moreno

Foto da capa
Thomas Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

E19

Economia do patrimônio cultural : guia introdutório / Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec) ; coordenação : Daniele Pereira Canedo e Ernani Coelho Neto ; pesquisadores : Amanda Haubert Ferreira Coelho ... [et al]. – Brasília : Iphan, 2025.

58 p. x 16 × 22cm.

ISBN: 978-85-7334-503-2

1. Patrimônio cultural. 2. Economia do patrimônio. 3. Sus-tentabilidade. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Na-cional (Iphan). II. Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec). III. Canedo, Daniele Pereira. IV. Coelho Neto, Ernani. V. Coelho, Amanda Haubert Ferreira.

CDD 363.69018

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120



Publicado em 2025 por
Observatório da Economia
Criativa da Bahia e Instituto
do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

Atribuição-NãoComercial-Compartilha-Igual

economiadopatrimonio.iphan.gov.br

Observatório da Economia Criativa da Bahia – OBEC Bahia
Rua Barão de Jeremoabo, s/n,
PAF-V, Ondina – CEP 40170-115
Salvador – Bahia
obecbahia@ufba.br
obec.ufba.br
facebook.com/obecbahia
instagram.com/obecbahia

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
SEPS 702/902, Bloco C, Centro
Empresarial Brasília 50
Torre A, Asa Sul – CEP 70390-025
Brasília – Distrito Federal
fomento@iphan.gov.br
iphan.gov.br
facebook.com/iphangov
instagram.com/iphangovbr



FONTE: ACERVO OBEC BAHIA | AUTORIA: DESCONHECIDA

Sumário

Apresentação 11

Introdução 15

O patrimônio cultural nosso de cada dia! 21

Patrimônio cultural material 24

Patrimônio cultural imaterial 25

A economia do patrimônio é o quê? 29

Agentes econômicos e vinculados 32

Recursos e Fatores de Produção 35

Oferta e demanda 38

Escassez, escolha e custo de oportunidade 39

Macroeconomia e microeconomia 41

Por que a economia do patrimônio cultural é importante? 45

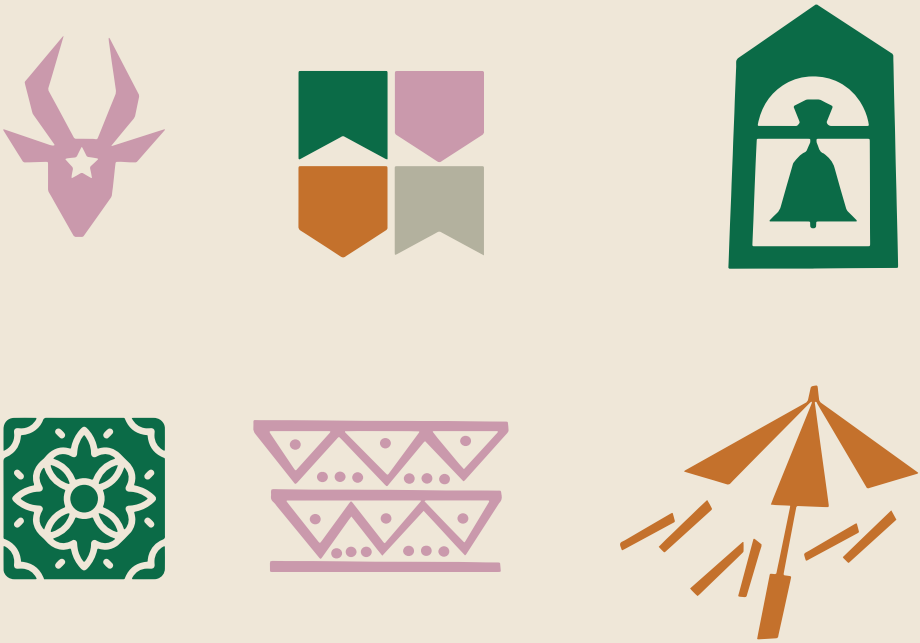
A sustentabilidade do patrimônio cultural 48

Caminhos para uma economia do patrimônio inclusiva e sustentável 51

Indicações de leitura 55

Marcos Legais 55

Livros 56



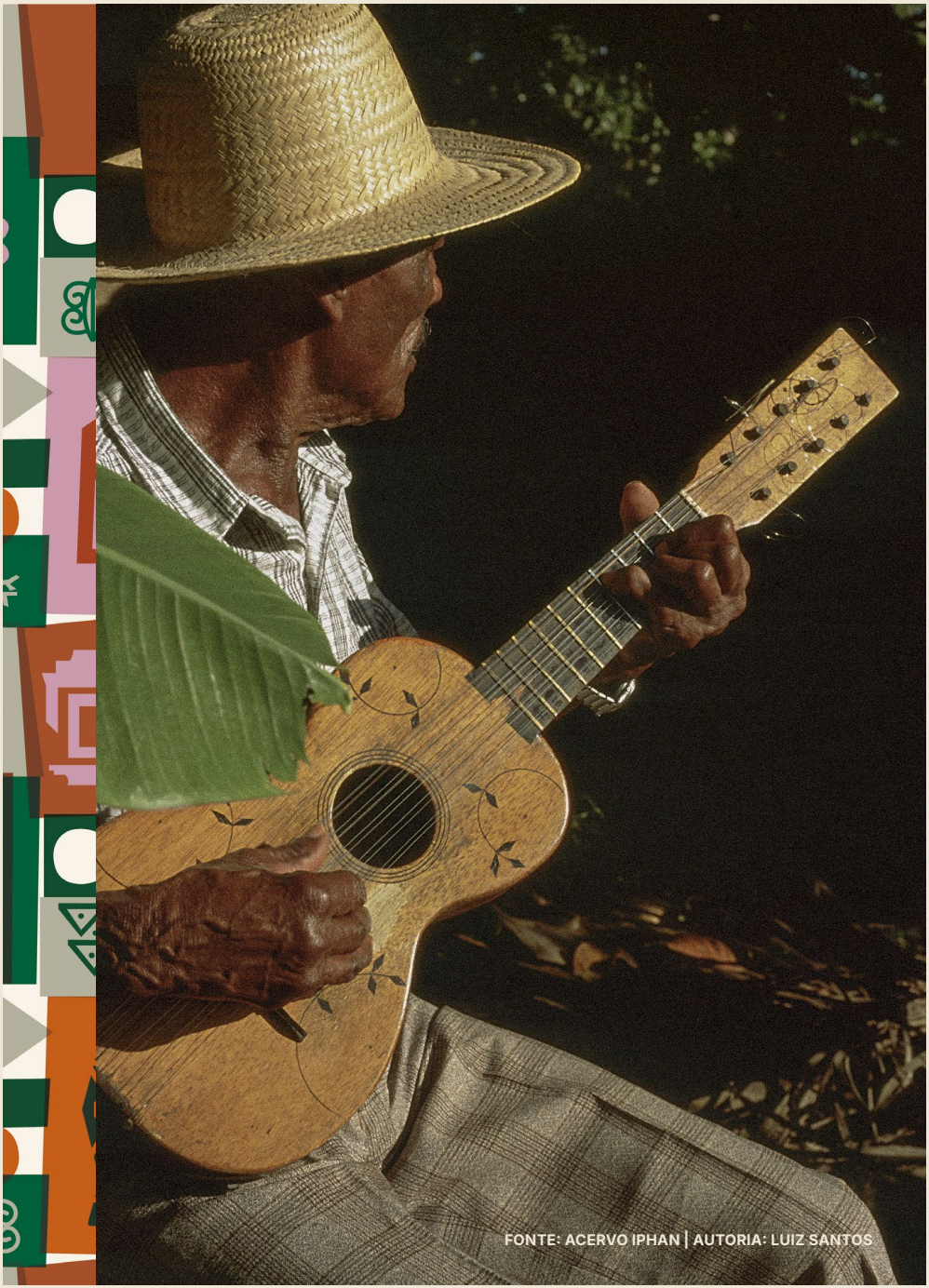
SOBRE O IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Criado em 1937, o Instituto é responsável pela preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro em todo o território nacional. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais patrimonializados, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Instituto possui 27 Superintendências, uma em cada Unidade Federativa; 37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades históricas; e, ainda, seis Unidades Especiais: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Centro Nacional de Arqueologia e Centro de Documentação do Patrimônio. O Iphan também responde pela preservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial e da Humanidade pela Unesco.



SOBRE O OBEC

O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC Bahia) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições, públicas e privadas, para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia criativa. Os membros atuam em diversas áreas de conhecimento: artes, comunicação, economia, administração, estatística, gestão e produção cultural, entre outras. Sediado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), o OBEC Bahia foi criado em 2014, através de um edital da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura. Ao longo de sua trajetória, o OBEC Bahia consolidou-se como um espaço de resistência e produção de conhecimento no campo das políticas culturais e da economia criativa, reafirmando o papel das universidades públicas na promoção de uma cultura inclusiva e territorialmente engajada.



FONTE: ACERVO IPHAN | AUTORIA: LUIZ SANTOS

APRESENTAÇÃO

O guia introdutório que você tem em mãos reúne e organiza informações essenciais sobre a economia do patrimônio cultural. Ele integra a pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade", idealizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e desenvolvida em parceria com o Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC Bahia). Este material foi concebido como subsídio para um conjunto de iniciativas de formação destinadas tanto ao corpo técnico do Instituto quanto à sociedade civil.

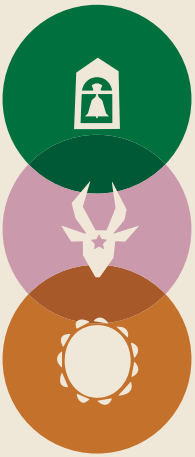
As questões abordadas a seguir têm como base a análise dos dados empíricos da Pesquisa, que buscou conhecer as dinâmicas econômicas próprias de diversos bens do patrimônio cultural situados em diferentes estados brasileiros. Iniciativa inédita em âmbito nacional, essa investigação possibilitou um diálogo aprofundado com diversos(as) agentes que atuam no campo do patrimônio: servidores(as), professores(as), pesquisadores(as), mestres(as), detentores(as), moradores(as) de centros históricos e trabalhadores(as) do setor.

Trata-se de um documento que apresenta informações fundamentais para ampliar e aprofundar a discussão sobre a relação entre economia e patrimônio, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade dos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Além de introduzir conceitos que sustentam os debates no campo da economia da cultura, o texto destaca a articulação entre saberes acadêmicos e saberes populares, bem como entre discussões teóricas e experiências práticas de indivíduos, coletivos e organizações.

O guia, além de ampliar o diálogo com esses(as) agentes culturais, materializa uma preocupação central na atuação da Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio (CGFE), vinculada ao Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) do Iphan. A CGFE busca compreender de que maneiras o patrimônio se relaciona com as possibilidades de geração de renda, com a manutenção das condições de vida de mestres(as) e com as dinâmicas de troca e parceria. Enquanto parte do Iphan, esta Coordenação-Geral trabalha para que a promoção e o fomento ao patrimônio sejam não apenas acessíveis, mas também compromissos assumidos pelo Estado, contribuindo para a construção de relações justas, participativas e sustentáveis no campo do patrimônio cultural.

Boa leitura!

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO, FOMENTO E EDUCAÇÃO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL





FONTE: ACERVO IPHAN | AUTORIA: DESCONHECIDA

INTRODUÇÃO

Quando falamos em patrimônio cultural, estamos falando de vida, memória e identidade. Ele faz parte do que somos, da forma como vivemos e geramos experiências, dos legados que recebemos de nossos antepassados e do que deixaremos para as próximas gerações.

Mais do que bens materiais ou lugares, o patrimônio cultural é feito de pessoas: de mestres e mestras do saber tradicional, de moradores(as) de centros históricos, de trabalhadores(as) do campo do patrimônio, de comunidades e coletivos que, com dedicação e criatividade, mantêm viva a cultura de seus territórios. Preservar e salvaguardar o patrimônio é, também, cuidar dessas pessoas e das condições que permitem que seus modos de vida, celebrações e ofícios continuem existindo.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na compreensão de que o patrimônio cultural é parte da economia. Todas as festas, feiras, celebrações, visitas a centros históricos ou atividades de preservação e salvaguarda do patrimônio envolvem algum tipo de organização: quem faz, quem cultiva, quem cria, quem doa, quem vende, quem ensina e quem aprende movimenta uma economia sustentada, em geral, pela confiança, pela troca e pela solidariedade.

A economia do patrimônio cultural também reflete todas as tensões e dinâmicas comuns da nossa sociedade. O patrimônio cultural é um campo de disputa simbólica, política e econômica, onde se cruzam memórias coletivas, identidades territoriais e relações de poder. Ou seja, é um espaço onde diferentes grupos expressam, negociam e defendem seus modos de vi-

ver e suas referências culturais. Ademais, é um espaço onde convivem diferentes interesses. Sempre haverá por perto quem dedica esforços apenas ao acúmulo de riquezas materiais, mesmo que isso signifique desprezar o bem comum, a preservação e salvaguarda da nossa memória.

A **economia do patrimônio cultural** que defendemos aqui é a que reconhece que, por trás de cada prática cultural, há decisões, esforços e investimento de tempo, trabalho, materiais, saberes e redes de cooperação que tornam possível sua continuidade. Trata-se de compreender como as comunidades organizam seus meios de produzir, transmitir e compartilhar cultura, de modo a garantir a sustentabilidade de seus bens e a dignidade de quem os mantém vivos.

Essa economia, que se funda na cultura, não é apenas uma expressão de criatividade ou de resistência. Ela também revela formas próprias de organização econômica enraizadas na cultura e a capacidade de autogestão, de inovação e de empreendedorismo presentes nas comunidades. Ao mesmo tempo, evidencia desigualdades e desafios estruturais que limitam o acesso a políticas públicas, crédito, formação e reconhecimento profissional. Assim, refletir sobre a economia do patrimônio é também discutir as condições reais de continuidade desses modos de fazer e de viver, buscando caminhos que fortaleçam o protagonismo dos grupos.

Esta publicação foi elaborada pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC Bahia - UFBA/UFRB) em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no âmbito da pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade". Trata-se de um texto introdutório que tem como objetivo **contribuir para que pessoas, organizações, comunidades detentoras e trabalhadores(as) do patrimônio cultural possam ampliar a compreensão sobre as dimensões econômicas e de sustentabilidade associadas aos seus bens**, incluindo reflexões sobre como o patrimônio se relaciona com o trabalho, o território, a geração de renda e o bem-estar coletivo.

RECORTE DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo identificar as dinâmicas econômicas associadas ao patrimônio cultural no Brasil e como elas se relacionam com a sua preservação, salvaguarda, promoção e sustentabilidade. A investigação está sendo realizada com base, prioritariamente, na escuta a pessoas e organizações diretamente envolvidas com os bens culturais, mapeando as atividades e relações econômicas que se estruturam em torno da existência e do reconhecimento do patrimônio cultural.

O recorte da investigação inclui 12 bens culturais materiais e imateriais brasileiros reconhecidos internacionalmente como Patrimônio Mundial e da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

BENS MATERIAIS INSCRITOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL



Centro Histórico de Olinda (PE)



Centro Histórico de São Luís (MA)



Centro Histórico de Salvador (BA)



Ruínas de São Miguel das Missões (RS)



Parque Nacional Serra da Capivara (PI)



Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)

BENS INSCRITOS NA LISTA REPRESENTATIVA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA HUMANIDADE



Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (AP)



Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA)



Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão (MA)



Frevo (PE)



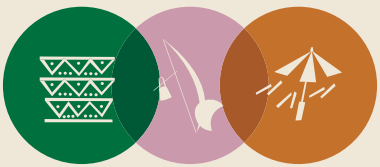
Roda de Capoeira (Nacional)



Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA)

O guia está estruturado de modo a facilitar a compreensão das relações entre cultura, patrimônio e economia a partir da realidade de quem vive e faz o patrimônio todos os dias. A metodologia adotada combina a apresentação de conceitos básicos, exemplos práticos e atividades reflexivas, organizados em uma sequência que vai do reconhecimento do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões à reflexão sobre sua sustentabilidade econômica. Cada seção foi pensada para promover o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, valorizando tanto a experiência das comunidades quanto as referências conceituais do campo da economia da cultura. Assim, o guia busca ser, ao mesmo tempo, um instrumento de aprendizado, de reflexão coletiva e de fortalecimento da autonomia das pessoas e grupos detentores de bens culturais.

Mais do que um material técnico ou didático, este é um **convite à reflexão e ao diálogo** sobre como a economia pode servir à cultura e sobre como o cuidado com o patrimônio, além de fortalecer vínculos e reconhecer saberes, é também uma forma de promover o desenvolvimento local e nacional.



PARA REFLETIR: E QUICO?

Na Bahia, há uma expressão popular muito usada quando alguém quer chamar atenção para sua relação com uma situação ou com o que está sendo dito: "e quico?", que, em outras palavras, significa "e eu com isso?" ou "o que eu tenho a ver com isso?".

Essa pergunta, tão comum no dia a dia, é também um ótimo ponto de partida para pensar sobre o conteúdo deste guia. **O que a economia tem a ver com a sua prática cultural?**

Antes de seguir, que tal refletir sobre isso?

As perguntas a seguir podem orientar a sua leitura individual ou uma atividade em grupo, ajudando a reconhecer:

Saberes e fazeres

- Quais são os saberes, fazeres e atividades envolvidas na preservação e salvaguarda do meu bem cultural?
- Como são transmitidos e quem participa desse processo?

Recursos e condições materiais

- Que recursos materiais, como matéria-prima, dinheiro, infraestrutura e equipamentos, são necessários para que esse bem cultural continue existindo?
- Há custos fixos ou eventuais que precisam ser planejados?

Pessoas envolvidas

- De que formas o meu bem cultural movimenta pessoas?
- Quem são essas pessoas e como se envolvem no cotidiano de preservação e salvaguarda?
- Quanto tempo, em média, cada pessoa dedica semanalmente a essas atividades?

Organizações e redes

- De que formas o meu bem cultural movimenta organizações?
- Quais são as organizações (associações, grupos comunitários, instituições públicas, coletivos, empresas) e como elas contribuem para a preservação e salvaguarda?

Parcerias e território

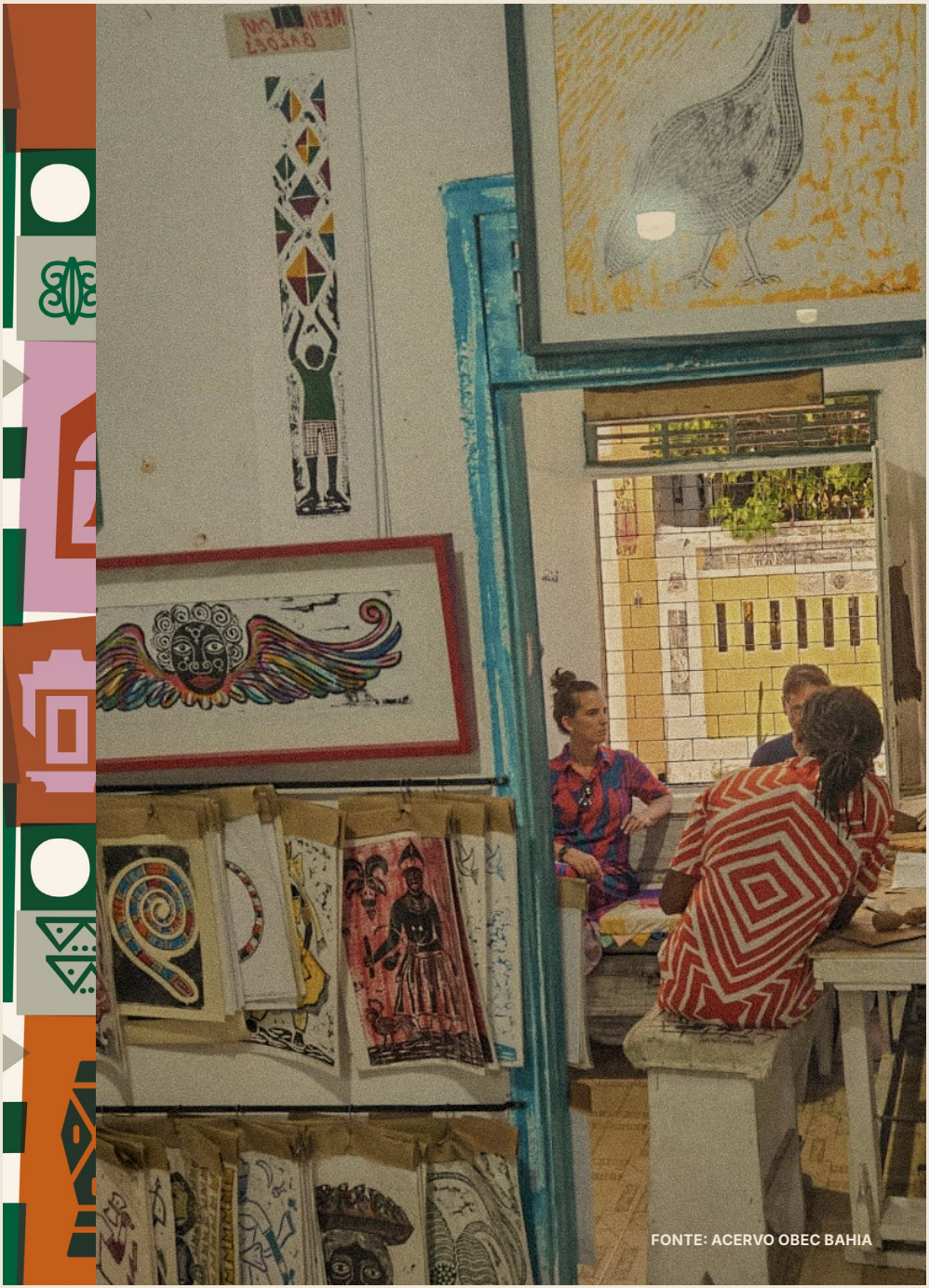
- Quais parcerias já existem e quais ainda precisam ser construídas no território para fortalecer o bem cultural?
- Como essas alianças podem contribuir para ampliar o reconhecimento e a sustentabilidade das práticas culturais?

Oportunidades e desafios

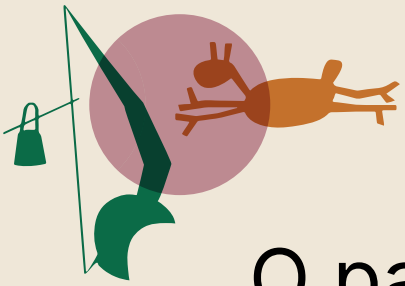
- Quais oportunidades econômicas e sociais podem ser aproveitadas?
- Quais são os principais desafios para manter a prática viva e sustentável?

Autonomia e protagonismo

- De que maneira compreender a economia pode fortalecer a autonomia e o protagonismo da minha comunidade na gestão do patrimônio?
- Que mudanças seriam desejáveis para que as decisões sobre o bem cultural sejam mais coletivas e sustentáveis?



FONTE: ACERVO OBEC BAHIA



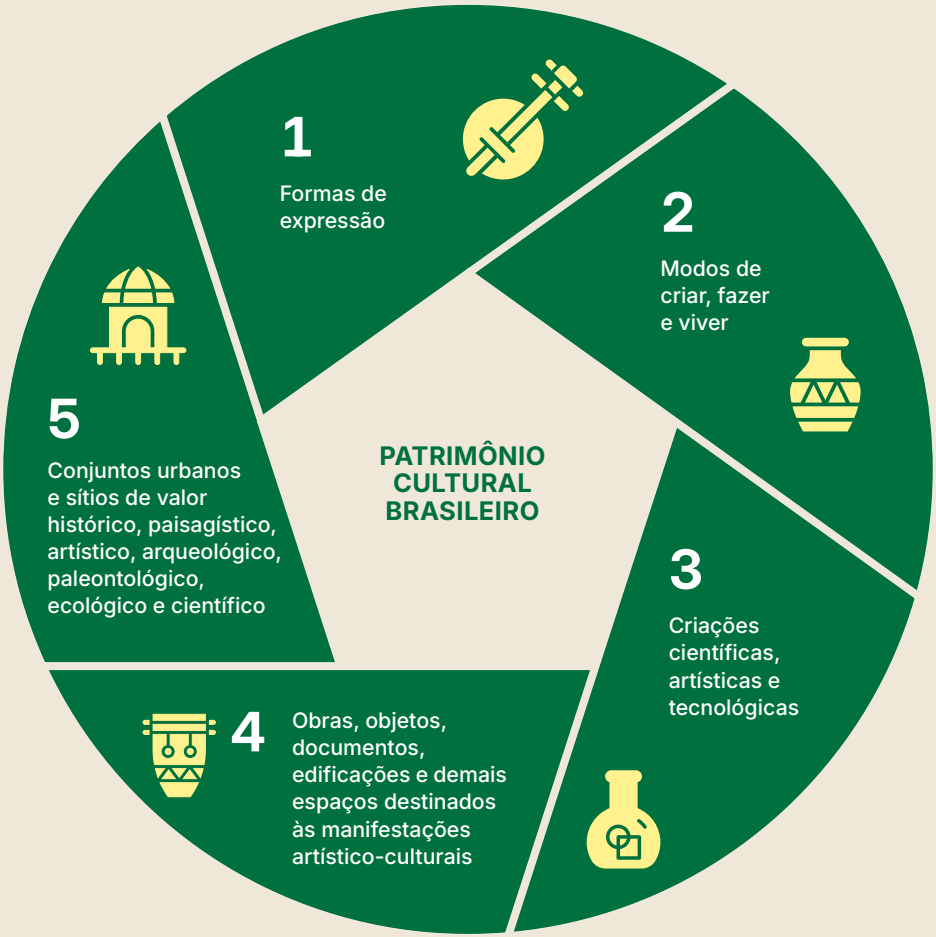
O patrimônio cultural nosso de cada dia!

Como agente cultural, você sabe que o patrimônio está por toda a parte. Ele está em casarões, museus, livros e objetos históricos. Assim como está nas ruas das cidades, no corpo, na voz, nos saberes que aprendemos com nossa comunidade e nos territórios que mantêm viva a nossa memória. O patrimônio cultural é formado pelo conjunto de bens, saberes, fazeres e expressões que dão sentido à vida em sociedade e expressam as **referências culturais e identitárias** dos diferentes grupos formadores do Brasil.

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural engloba as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. É o elo entre o passado e o presente que forma uma herança coletiva construída por diferentes povos, tempos e territórios para as gerações futuras.

FIGURA 1

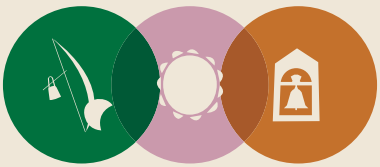
Dimensões do Patrimônio Cultural (CF/1988, Art. 216)



Reconhecer que o patrimônio cultural é coletivo significa entender que cada pessoa e cada comunidade tem um papel essencial em sua proteção e gestão. Trata-se de uma **responsabilidade compartilhada, que envolve ações de salvaguarda, preservação e uso social do patrimônio**. Isso significa que o cuidado com os bens e práticas culturais não depende apenas do poder público, mas também da participação ativa das comunidades, dos grupos detentores e da sociedade em geral.

No Brasil, o Iphan, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), é o órgão federal responsável pelas políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, em todas as suas formas e expressões. Criado em 1937, o Iphan tem atuação em todo o território nacional, através das 27 superintendências, e se articula com os órgãos estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais para identificar, reconhecer, registrar, tombar, fomentar e promover ações em prol dos bens culturais, materiais ou imateriais, individuais ou coletivos.

Cuidar do patrimônio é também cuidar das pessoas que o mantêm vivo. São detentores(as) do patrimônio cultural, moradores(as) e trabalhadores(as) dos centros históricos, mestres e mestras do fazer artesanal, da música, da gastronomia, da pesca, das tradições religiosas e de tantas outras expressões da nossa cultura que fazem do cotidiano um ato de criação e resistência.



PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

O **patrimônio cultural material** é formado pelos bens que têm **existência física, ou seja, aquilo que podemos ver, tocar e percorrer**. Inclui edificações históricas, igrejas, mercados, pontes, praças, obras de arte, objetos, acervos e sítios arqueológicos, entre outros. Os bens culturais materiais são representações da nossa história e das transformações da vida social e cultural no Brasil. Podem ser:

- **imóveis,** como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais;
- **móveis,** como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O Iphan reconhece como **Patrimônio Cultural do Brasil** mais de 1.200 bens culturais materiais tombados em todo o país. Portanto, exemplos não faltam no Brasil, como o Centro Histórico de Salvador (BA), com suas ladeiras e casarões coloridos; as Ruínas de São Miguel das Missões (RS), que guardam a memória do contato entre povos indígenas e jesuítas; e o Centro Histórico de São Luís (MA), com suas fachadas de azulejos e ritmos do Bumba meu Boi ecoando pelas ruas.

Esses espaços são parte do que temos de mais singular. Eles revelam como o trabalho, a fé, a arte e a técnica de diferentes gerações se transformaram em símbolos coletivos. Cuidar do patrimônio material é proteger também o modo de viver das pessoas que habitam esses lugares: moradores(as), comerciantes, artistas e demais trabalhadores(as) que mantêm o sentido de pertencimento nos centros históricos e nos seus territórios e comunidades.

IMAGEM 1
Centro histórico de São Luis (MA)



PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O **patrimônio cultural imaterial** é formado pelos bens relacionados aos **saberes, celebrações, formas de expressão e lugares** que são referências culturais de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. São modos de ser e viver, transmitidos de geração em geração, e que são recriados constantemente pela comunidade. O patrimônio imaterial existe porque as pessoas o praticam, o transmitem e o reinventam. Sua salvaguarda depende da valorização das pessoas e grupos que o reconhecem como parte essencial de sua identidade.

O Iphan reconhece **cerca de 60 bens culturais imateriais** como **Patrimônio Cultural do Brasil**, registrados nos quatro Livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. O Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Frevo e a Roda de Capoeira estão entre os bens que compõem esse mosaico de referências culturais.

IMAGEM 2
Samba de Roda Raízes de Angola, São Francisco do Conde (BA)



FONTE: ACERVO IPHAN | AUTORIA: LUIZ SANTOS

Agora que já alinhamos o que é o patrimônio cultural, que tal entender como ele se relaciona com o trabalho, a renda e o desenvolvimento local?

VOCÊ SABIA?

Registro e tombamento são formas de proteção do patrimônio cultural.

- O **tombamento e o registro** são instrumentos que reconhecem oficialmente um bem cultural como **patrimônio cultural brasileiro.** Juntos, eles colaboram para que as expressões culturais continuem preservadas e salvaguardadas como parte essencial da identidade, da memória e da diversidade cultural do país.

- O **tombamento** é o instrumento utilizado para a proteção dos bens culturais materiais, como igrejas, prédios históricos, praças, monumentos, bens arqueológicos e conjuntos urbanos, promovendo sua conservação e uso social.
- Ele foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Os bens tombados são classificados em quatro Livros de Tombo: **Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes Aplicadas.**
- Um bem tombado pode ser objeto de ações de conservação, restauração e acompanhamento técnico, além de medidas de proteção legal que assegurem sua integridade e uso social.

- O **registro** reconhece bens imateriais, como o Jongo, o Carimbó, o Tambor de Crioula e o Ofício das Baianas de Acarajé, valorizando saberes e tradições.
- Ele foi criado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, e reconhece oficialmente um bem cultural de natureza imaterial. Ele se concretiza pela inscrição do bem em um dos quatro Livros de Registro: **Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares**.
- Um bem registrado pode contar com ações de apoio e fomento, como medidas de valorização, documentação, transmissão e promoção, conduzidas pelo Iphan em parceria com a comunidade de detentores(as) e os órgãos estaduais e municipais de patrimônio cultural.

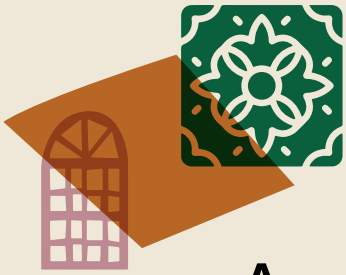
- Alguns bens brasileiros também são **reconhecidos internacionalmente** pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), inscritos na Lista do **Patrimônio Mundial** e na Lista Representativa do **Patrimônio Imaterial da Humanidade**.



FONTE: ACERVO IPHAN | AUTORIA: DESCONHECIDA



FONTE: ACERVO OBEC BAHIA



A economia do patrimônio é o quê?

Economia e patrimônio cultural: qual é a sua primeira impressão ao ler essas palavras juntas? Algumas pessoas na área da cultura quando ouvem a palavra economia, logo pensam em comércio, investimentos, grandes mercados, competição e exploração da mão-de-obra e dos saberes de outros. Por isso, para elas, falar de economia parece o oposto de falar de cultura. Outras, apenas associam a economia do patrimônio à sua relação com o turismo, em suas diferentes formas.

Mas, a economia também pode representar **resistência, criatividade, organização e desenvolvimento**. Pense nos mestres e mestras da nossa cultura, que há décadas encontram caminhos para manter suas tradições vivas, reinventando o fazer, o ensinar e o conviver. Pense nas comunidades de centros históricos que se unem para reparar um espaço, preparar a festa da santa padroeira ou montar um grupo de dança. Tudo isso exige articulação, tempo, recursos e muita dedicação. Nesse sentido, é importante entendermos que a economia **não se resume à troca**

de dinheiro, mas diz respeito a **como organizamos e compartilhamos os recursos materiais, humanos ou simbólicos** disponíveis para alcançar o bem-estar coletivo.

A economia é uma ciência social que **estuda como indivíduos, grupos e sociedades utilizam recursos para atender às necessidades e aos desejos**. O termo "economia", originalmente, significa "a arte de cuidar da casa comum" ou "a arte de gerir a casa". Ou seja, é a ciência que trata da gestão dos recursos de maneira equilibrada, pensando no bem coletivo. O principal assunto da economia são as escolhas que precisam ser feitas sobre o que produzir, como produzir, quanto produzir e para quem produzir.



A economia é, antes de tudo, sobre como administramos os recursos, que são limitados, em um mundo de necessidades ilimitadas.

Cultura e economia sempre caminham juntas, mesmo que nem sempre a gente perceba. Toda festa, feira, celebração ou ofício envolve algum tipo de organização: Quem faz? Quem doa? Quem vende? Quem compra? Quem participa?

Portanto, **qualquer prática cultural possui uma dimensão econômica**, pois envolve trabalho, geração de valor, produção e sentidos compartilhados. Nas próximas páginas vamos discutir a aplicação de alguns conceitos básicos da economia para o campo do patrimônio cultural.

Nesta seção, vamos refletir sobre como alguns conceitos da economia podem ajudar pessoas e grupos atuantes no campo do patrimônio cultural a buscar o reconhecimento pelo valor do trabalho das pessoas e comunidades que mantêm viva a cultura, facilitando o diálogo com políticas públicas e parceiros.

VOCÊ SABIA?

A economia cultural e criativa

- A economia cultural e criativa abrange um conjunto amplo e diverso de atividades que têm como base a cultura, a criatividade e o capital intelectual.
- Envolve os ciclos de criação, produção, distribuição e fruição de bens e serviços culturais e criativos.
- As atividades se diferenciam dos setores tradicionais da economia por dependerem, prioritariamente, da capacidade de gerar valor simbólico, econômico e social a partir do talento, do conhecimento técnico e da mobilização das potencialidades dos contextos culturais, históricos e territoriais nos quais se inserem.
- Essa economia engloba tanto as práticas culturais tradicionais (como a música, o audiovisual, o artesanato, as festas e o patrimônio) quanto as novas formas de criação (como o design, as mídias digitais e as artes contemporâneas).
- No governo federal, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), do Ministério da Cultura (MinC), é o órgão responsável pelas políticas para a economia cultural e criativa.
- Além de gerar produtos ou serviços, a economia cultural e criativa ajuda a fortalecer identidades, movimentar territórios e criar oportunidades de desenvolvimento e inovação com base na cultura.

AGENTES ECONÔMICOS E VINCULADOS

A economia do patrimônio cultural é formada por pessoas, grupos, empresas e governos que tomam decisões sobre como produzir, distribuir e usar os recursos disponíveis, mesmo quando as decisões não envolvem apenas dinheiro, mas também saberes, afetos e responsabilidades coletivas.

Na economia convencional, esses participantes são chamados de agentes econômicos e são divididos em três grupos: 1) **as famílias**, que consomem bens e serviços e oferecem trabalho; 2) **as empresas**, que produzem bens e serviços em busca de lucro; e 3) **o governo**, que regula o mercado e investe em políticas públicas com objetivo de promover o equilíbrio social. Em muitos estudos, acrescenta-se ainda um quarto agente, que é **o setor externo**, responsável pelas trocas com outros países.

Na economia do patrimônio cultural, essa estrutura se amplia para incluir todas as pessoas, coletivos e instituições que participam das redes simbólicas e econômicas em torno dos bens culturais. São os **agentes vinculados**, que podem afetar e ser afetados pelas dinâmicas que sustentam a vida do patrimônio. Entre eles, destacam-se:

- Comunidades detentoras, formadas por famílias, grupos ou coletivos que cuidam, criam, mantêm e transmitem saberes e práticas culturais;
- Mestres e mestras, guardiãos(ãs) dos ofícios e tradições que asseguram a salvaguarda do patrimônio vivo;
- Artistas, artesãos(ãs), grupos e empreendedores(as) locais, que criam e reinventam expressões culturais, gerando produtos, serviços, experiências e oportunidades;
- Instituições públicas, como o Iphan, as secretarias de cultura, os museus e as universidades, que regulam, preservam, financiam e difundem o patrimônio;
- Organizações sociais sem fins lucrativos, associações e cooperativas, que articulam coletivos, fortalecem a governança comunitária e promovem a salvaguarda compartilhada;
- Empresas privadas e empreendimentos criativos, que conectam o patrimônio a setores como o turismo, o comércio, eventos e a gastronomia, gerando trabalho e circulação econômica;

- Profissionais da pesquisa, comunicação e produção de conteúdo, que documentam, estudam e promovem a visibilidade das práticas culturais;
- Visitantes e públicos, que participam e valorizam o patrimônio, contribuindo para sua sustentabilidade simbólica e material;
- Redes e organismos internacionais, que apoiam e reconhecem o patrimônio em escala global.

Por exemplo, em uma comunidade que realiza uma festa pública tradicional, a produção pode envolver mestres(as), artesãos(as), barqueiros(as), costureiros(as), músicos, comerciantes locais e instituições públicas e privadas. Cada um desempenha um papel distinto: uns oferecem trabalho e saberes, outros apoiam com recursos, outros garantem a infraestrutura. **Todos, juntos, compõem a rede de agentes econômicos e vinculados que sustentam o patrimônio.** Mesmo sem contratos formais, essa economia de cooperação mantém viva a festa há gerações.

Compreender como esses agentes se conectam, gerando oferta, demanda e participação é essencial para fortalecer as redes de cooperação e promover uma economia do patrimônio **mais justa, solidária e sustentável**.

Um dos espaços nos quais esses agentes se encontram e interagem é chamado de **mercado**. Contudo, o mercado do patrimônio cultural não se organiza apenas pelas lógicas convencionais de oferta, demanda e preço. Nele, as **dimensões simbólicas, sociais e afetivas são determinantes**: o valor é definido por atributos baseados na história, no saber e nas relações que o produzem. As trocas podem envolver dinheiro, mas também tempo, confiança, reconhecimento, trabalho coletivo e sentido de pertencimento.



VOCÊ SABIA?

O seu trabalho, a sua festa ou o seu saber tradicional movimentam a economia local!

Toda prática cultural carrega, ao mesmo tempo, valor econômico e valor cultural. O valor econômico está nas trocas e nos recursos mobilizados, enquanto o valor cultural está nos significados, identidades e vínculos que cada bem cultural gera em sua comunidade. A sustentabilidade do patrimônio depende justamente desse equilíbrio: **preservar e salvaguardar o sentido simbólico fortalecendo as condições materiais que permitem que ele continue existindo.** Para isso, é fundamental o envolvimento das pessoas, das comunidades e das políticas públicas que o mantêm vivo.

O patrimônio gera valor simbólico porque:

- Inspira orgulho, reconhecimento e autoestima coletiva;
- Reforça o sentimento de pertencimento e identidade;
- Transmite saberes, práticas e memórias entre gerações;
- Fortalece os laços sociais e o sentido de comunidade.

E gera valor econômico porque:

- Promove a geração de produtos e serviços direta ou indiretamente relacionados com o bem cultural;
- Cria oportunidades de trabalho, formal e informal, e gera renda;
- Sustenta redes de colaboração entre pessoas, grupos e comunidades;
- Dinamiza o turismo, o comércio e os serviços locais;
- Gera meios de subsistência, viabilizando a continuidade das práticas culturais;
- Estimula atividades educativas, criativas e solidárias;
- Atrai investimentos para a economia local;
- Estimula parcerias e redes de cooperação através da lógica das economias solidária e de base comunitária, fortalecendo os territórios.

RECURSOS E FATORES DE PRODUÇÃO

Toda atividade econômica depende de um conjunto de recursos que sustentam a realização das práticas culturais e sociais. Esses recursos podem ser humanos, materiais, naturais, financeiros e simbólicos, cada um contribuindo de forma distinta para a continuidade das expressões culturais.

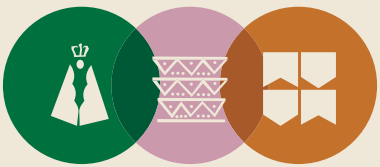
Quando esses recursos entram diretamente no processo produtivo, eles são chamados de **fatores de produção**. A economia identifica três fatores básicos: **terra, trabalho e capital**. Combinados, eles tornam possível organizar a produção de bens, serviços ou experiências culturais. Esses fatores representam os elementos essenciais que transformam territórios, saberes, práticas, equipamentos, criatividade e redes comunitárias em atividades que geram valor para a sociedade.

- **Terra:** refere-se aos recursos naturais e os territórios onde a atividade acontece. No campo do patrimônio cultural, isso pode significar os territórios de comunidades tradicionais, os centros históricos, as paisagens culturais ou ainda as matérias-primas e os recursos naturais usados em ofícios, como as fibras coletadas para o artesanato. A terra é o suporte material e simbólico da cultura.
- **Trabalho:** é a força humana, física e intelectual que transforma os recursos em algo com valor social. No patrimônio cultural, o trabalho aparece nas práticas dos artistas, nos ofícios de restauração de obras ou de conservação de prédios, nas ações de gestão e de pesquisa, nas mãos ou nas vozes dos mestres e mestras que transmitem saberes. É o fator mais diretamente ligado à preservação do patrimônio material e à salvaguarda viva do patrimônio imaterial.
- **Capital:** abrange todos os bens de longa duração utilizados no desenvolvimento de outros produtos e serviços. Entre eles estão os de capital físico, como máquinas, prédios, veículos, computadores, e os de capital humano, que compreendem habilidades e conhecimento, por exemplo. No caso do patrimônio cultural, o capital é tudo aquilo que sustenta a

continuidade do fazer cultural. Inclui também o capital cultural, que é o valor simbólico acumulado nos saberes e tradições; o capital social, representado pelas redes de confiança e cooperação que sustentam essas práticas, como o apoio da comunidade e a confiança entre os envolvidos, bem como os instrumentos, os espaços e o tempo dedicado.

Esses três fatores atuam de forma interdependente sempre que um agente cultural mobiliza saberes, espaços e recursos para executar uma ação cultural. Se pensarmos, por exemplo, no Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, do Espírito Santo, o barro extraído do mangue, o trabalho das paneleiras e o forno comunitário são expressões concretas dos três fatores de produção. A terra fornece a matéria-prima; o trabalho transforma o barro em panela; e o capital se manifesta nas ferramentas, no forno e no saber acumulado. Juntos, esses elementos revelam como o patrimônio cultural depende de recursos materiais, humanos e simbólicos para existir.

No patrimônio cultural, terra, trabalho e capital são inseparáveis: cada bem nasce da relação entre as pessoas que fazem, os lugares que habitam e os recursos que mobilizam, sejam eles financeiros, materiais, técnicos, simbólicos, sociais e afetivos.



VOCÊ SABIA?

Produzir cultura não é igual a produzir sabonete! Os produtos e serviços culturais e criativos são diferenciados.

Os produtos e serviços culturais e criativos possuem características que os diferenciam dos produtos convencionais. Enquanto a maioria dos produtos de consumo cotidiano é avaliada principalmente pelo seu preço ou utilidade, os culturais carregam valores simbólicos, identitários e coletivos que não podem ser plenamente medidos em termos monetários. Eles formam uma categoria singular da economia, na qual o valor econômico e o valor cultural coexistem e interagem continuamente.

Principais características dos produtos e serviços culturais e criativos:

- Origem criativa e humana;
- Conteúdo simbólico e identitário;
- O valor simbólico prevalece sobre o monetário: a continuidade importa tanto quanto o lucro;
- Singularidade e autenticidade: cada bem é marcado por sua autoria, território e história;
- Oferta limitada e incerteza de demanda: dependem de tempo, contexto e reconhecimento simbólico;
- Propriedade intelectual e direitos coletivos: envolvem autorias individuais e coletivas;
- Experiência e fruição: o valor se realiza principalmente na vivência estética e social;
- Externalidades positivas: geram benefícios amplos como identidade, coesão, turismo e pertencimento;
- Dificuldade de mensuração: o valor cultural não se expressa plenamente em preços ou no Produto Interno Bruto (PIB) de um país;
- Caráter cumulativo e não excludente: quanto mais compartilhados, mais valiosos se tornam;
- O saber fazer se fortalece de forma contínua nos processos de criação e transmissão.

OFERTA E DEMANDA

Em qualquer economia, o preço ou o valor de um bem depende da relação entre oferta e demanda.

A **oferta** representa o comportamento dos produtores no mercado. Diz respeito à quantidade de bens e serviços culturais disponíveis, como as peças comercializadas por uma artesã, as apresentações de um grupo de maracatu ou a lotação diária de um museu. Ela depende dos recursos existentes (fatores de produção), da capacidade que as pessoas, grupos e empresas têm de produzir (agentes econômicos) e das políticas públicas ou iniciativas locais que contribuam para a longevidade das práticas e saberes.

A **demanda**, por sua vez, expressa o interesse e a procura por esses bens e serviços. Pode vir do público local, dos turistas, de escolas, de instituições culturais e outras. Ela representa a quantidade de produtos ou serviços que as pessoas estão dispostas e têm a capacidade de adquirir. Na economia do patrimônio, a demanda pode indicar o valor que a sociedade atribui a um bem, tanto em termos econômicos (o quanto se paga), quanto simbólicos (o quanto reconhece e valoriza).

Por exemplo, na Feira de Caruaru, em Pernambuco, quando aumenta o número de turistas no período das festas juninas, cresce a demanda por produtos locais e artesanatos, como chapéus, bonecos de barro e rendas. As artesãs e artesãos ampliam a oferta, produzindo mais peças e contratando ajudantes. Quando o movimento diminui, reduzem a produção. A variação entre oferta e demanda influencia o preço e o ritmo de trabalho, mostrando como a economia do patrimônio também precisa equilibrar sustentabilidade e tradição.

Quando há equilíbrio entre oferta e demanda, há circulação, reconhecimento e retorno justo para quem produz. Mas, quando há um desequilíbrio entre esses fatores, seja pelo crescimento da demanda (que pode ser motivada pela elevação da renda das pessoas, por exemplo) ou pela redução da oferta (quando há diminuição da produção, gerando uma escassez de produtos e serviços), os preços podem subir, gerando desigualdades, especulação e gentrificação, algo comum, por exemplo, em destinos turísticos valorizados. Além disso, práticas culturais importantes podem enfraquecer ou se tornar menos visíveis por falta de incentivo ou reconhecimento. Por isso, é essencial que a oferta respeite o ritmo das comunidades e que a demanda seja consciente.

O PRINCÍPIO DA UTILIDADE MARGINAL DECRESCENTE

- Na economia tradicional, quanto mais se consome algo, menor tende a ser a satisfação obtida com cada nova unidade e, portanto, menor o valor a ele atribuído.
- No patrimônio cultural, acontece o inverso. Quanto mais um saber é compartilhado ou um lugar é visitado, **maior tende a ser o valor simbólico e afetivo a ele associado, gerando também valor econômico**.
- Enquanto um produto industrial tende a perder valor quando se repete, uma festa tradicional, como o Círio de Nazaré, por exemplo, se fortalece a cada celebração. A repetição, em vez de reduzir o valor, **reforça a identidade, a memória e os vínculos coletivos.**

ESCASSEZ, ESCOLHA E CUSTO DE OPORTUNIDADE

Mesmo sem perceber, todas as pessoas se relacionam cotidianamente com **a escassez, a escolha e o custo de oportunidade**, três princípios básicos da economia. A **escassez** refere-se à limitação dos recursos disponíveis diante das múltiplas necessidades da sociedade. No campo do patrimônio cultural, a carência de recursos tende a ser um aspecto comum. Em geral, não há verba, tempo, matéria-prima ou pessoas suficientes para fazer o que é necessário e é preciso decidir o que fazer primeiro, de acordo com as prioridades da comunidade.

Essa limitação exige que sejam feitas **escolhas**, que são decisões sobre como alocar recursos escassos para maximizar seu uso social, ou seja, para atender ao maior número possível de necessidades. Um exemplo é quando um grupo cultural precisa optar entre investir na compra de instrumentos novos, reformar a sede ou realizar oficinas com jovens da comunidade. Cada opção traz benefícios, o que exige uma definição do que é mais importante naquele momento.

Já o **custo de oportunidade** corresponde ao valor da melhor alternativa sacrificada ao se tomar uma decisão. Em outras palavras, toda escolha im-

plica uma renúncia: é aquilo que deixamos de fazer ou de realizar quando escolhemos por uma coisa em detrimento de outra. No caso do patrimônio, isso acontece, por exemplo, quando uma prefeitura decide usar o recurso disponível para restaurar uma igreja ao invés de investir em formação para jovens; ou quando a mestra de capoeira decide ensinar gratuitamente no bairro, em vez de realizar apresentações culturais para turistas.

Em ambos os casos, além do custo monetário, ou seja, dos valores financeiros envolvidos, os agentes econômicos (a prefeitura e a mestra) também precisam calcular o custo de oportunidade: qual das alternativas geraria mais retorno ou benefícios para a manutenção daquele bem e de seus detentores(as), sejam eles simbólicos, sociais ou econômicos. O que se ganha e o que se deixa de ganhar é parte do cálculo econômico do cotidiano cultural.

Na economia convencional, acredita-se que as pessoas e as instituições agem sempre de forma racional, buscando **maximizar seus lucros ou benefícios individuais.** Na economia do patrimônio, as escolhas das pessoas e comunidades nem sempre seguem esse modelo. Muitas vezes, o que orienta a ação é o bem coletivo, a continuidade de um saber ou a preservação de um espaço que tem valor para o grupo. Essas decisões revelam outra forma de pensar e agir: uma lógica que também é afetiva, simbólica e compartilhada. Nela, o valor não se mede apenas em números, mas no que cada bem representa em termos de identidade, memória e pertencimento.



Na economia do patrimônio, a lógica é também afetiva e coletiva: o valor gerado está na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e inclui valores éticos e busca pela autorrealização e bem-estar social.

Para refletirmos sobre esse tema, vale destacar a lógica de funcionamento de muitos grupos culturais. Em geral, as decisões sobre a gestão, o uso dos recursos e a manutenção de espaços são tomadas coletivamente. Nesse modelo de governança comunitária, todos são corresponsáveis pela preservação e salvaguarda e o uso do bem é regido por princípios culturais, não apenas econômicos.

MACROECONOMIA E MICROECONOMIA

Para compreender como pessoas, grupos e países se relacionam com os recursos disponíveis, a economia pode adotar duas diferentes perspectivas complementares: um olhar "de perto e de dentro", por meio da microeconomia, ou um olhar mais "amplo e de conjunto", através da macroeconomia.

A **microeconomia** observa o que acontece no nível das pessoas, famílias, grupos, empresas, comunidades e consumidores. É a área que estuda as escolhas cotidianas: Qual o custo de conservação de um imóvel tombado? Como está composto o orçamento de uma festa? Quantos visitantes um museu precisa receber por mês para se manter? Como o cachê de uma apresentação cultural é dividido entre os integrantes?

O enfoque microeconômico busca compreender as decisões tomadas pelos agentes culturais para equilibrar o uso de seus recursos, como tempo, trabalho e insumos, de modo a reduzir custos e ampliar benefícios. É o olhar da "economia do fazer", onde cada escolha influencia o equilíbrio entre tradição e sustentabilidade.

Já a **macroeconomia** analisa o funcionamento geral da economia de um país, considerando a soma das atividades econômicas que produzem renda, emprego e crescimento. Ela trabalha com indicadores amplos, como o PIB, a taxa de desemprego, o consumo agregado e o investimento público. No campo da cultura, esse olhar permite compreender a participação da economia do patrimônio cultural no PIB nacional, o volume de empregos gerados pelos setores culturais ou o papel das políticas públicas e dos programas governamentais no desenvolvimento econômico e social. Como exemplos, podemos citar as estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE e o IPEA e as pesquisas do Observatório Itaú Cultural. É a escala onde entram as políticas de fomento, as leis de incentivo, o turismo cultural e as ações da economia criativa, que ajudam a medir os impactos mais amplos da cultura e do patrimônio na sociedade.

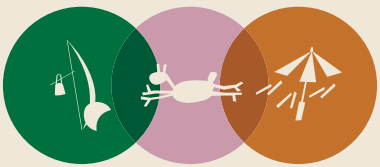
Para pensarmos a relação entre as duas escalas, podemos destacar as festas carnavalescas no Brasil. No plano microeconômico, cada festa local, seja grande ou pequena, mobiliza artistas, cozinheiras, costureiras, motoristas e produtores, gerando renda imediata e circulação de

recursos. No plano macroeconômico, o conjunto dessas festas em todo o país pode gerar um impacto econômico no PIB porque movimenta de forma agregada a cultura, o turismo, o comércio e os serviços. Entender essas escalas ajuda a valorizar o papel do patrimônio cultural no desenvolvimento regional e nacional.

A ECONOMIA REGIONAL E URBANA

A **economia regional e urbana** dialoga com a macroeconomia e a microeconomia e seus princípios são aplicados à realidade de regiões, estados e territórios. Ela pode contribuir para evidenciar como o patrimônio cultural movimenta pessoas, recursos e políticas em determinada localidade, observando fluxos de renda, emprego, produção e investimentos locais. É a perspectiva que analisa, por exemplo, as transformações urbanas em territórios patrimonializados que atraem visitantes, eventos e novos investimentos.

Assim, enquanto a **microeconomia** revela o cotidiano da economia do patrimônio e a **macroeconomia** oferece o quadro agregado, a **economia regional** mostra como essa dinâmica se concretiza nos territórios, conectando cultura, desenvolvimento e identidade.





FONTE: ACERVO OBEC BAHIA



FONTE: ACERVO OBEC BAHIA | AUTORIA: DOUGLAS JÚNIOR



Por que a economia do patrimônio cultural é importante?

O patrimônio cultural é um campo de disputa simbólica, política e econômica, onde se cruzam memórias coletivas, identidades territoriais e relações de poder. Ou seja, é um espaço onde diferentes grupos expressam, negociam e defendem seus modos de viver e suas referências culturais. Reconhecer sua dimensão econômica é compreender que preservar e salvaguardar um determinado bem não significa apenas conservar fisicamente, mas também garantir as condições materiais, sociais e simbólicas que asseguram a continuidade e a transmissão dos bens culturais, inclusive, na proteção e na manutenção da vida de seus detentores e detentoras.

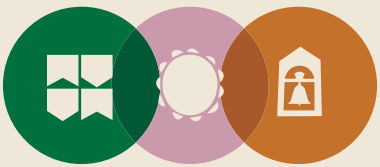
Ao mesmo tempo, é preciso estar atento aos riscos e aos desafios que acompanham o uso econômico do pa-

trimônio. A mercantilização excessiva e o turismo predatório podem ameaçar as comunidades e desfigurar o sentido original dos bens. Fenômenos como a gentrificação dos centros históricos, quando antigos moradores são afastados de seus espaços, e a espetacularização de festas populares mostram a necessidade de buscar equilíbrio entre o aproveitamento econômico e as práticas de preservação e salvaguarda. O verdadeiro desafio é gerar benefícios para as comunidades envolvidas, sem romper seus laços culturais nem as afastar do direito de decidir sobre o que lhes pertence.

A história das políticas culturais no Brasil revela que o campo da cultura tem sido marcado por profundas **desigualdades sociais**. Expressões culturais de grupos dominantes, especialmente de origem europeia, branca, masculina e urbana, receberam historicamente mais reconhecimento e apoio, enquanto práticas de povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais foram frequentemente marginalizadas. Essa assimetria produziu desigualdades não apenas no acesso aos mais variados recursos para a manutenção do bem e da vida das pessoas, mas também na visibilidade e na autonomia dos grupos detentores sobre a gestão dos seus próprios patrimônios.

Apesar dessas adversidades, **pessoas e comunidades envolvidas com o patrimônio têm resistido** e se reinventado. Mesmo com pouco ou nenhum apoio, encontraram maneiras de manter vivas suas tradições, celebrando a diversidade cultural e afirmando seus modos de vida. Essa resistência reforça a importância de **políticas culturais inclusivas**, capazes de garantir direito à memória e valorizar as múltiplas formas de expressão cultural que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Isso significa garantir:

- **redistribuição**, por meio de recursos financeiros, técnicos e institucionais;
- **reconhecimento**, valorizando identidades, saberes e estéticas historicamente marginalizadas;
- **representação**, assegurando a voz e o protagonismo dos agentes culturais nas decisões sobre seus próprios bens.



O FOMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O **fomento cultural** é o conjunto de ações pelas quais o poder público apoia ações culturais desenvolvidas por pessoas, grupos ou organizações com o objetivo de viabilizar condições materiais para o setor cultural.

O fomento pode se dar de duas formas principais:

- **Fomento direto:** quando o Estado utiliza recursos orçamentários próprios para financiar iniciativas culturais. O apoio é transferido diretamente para os agentes culturais selecionados, geralmente por meio de chamamentos públicos (editais).
- **Fomento indireto:** quando o Estado cria mecanismos de incentivo fiscal, permitindo que empresas ou pessoas físicas destinem parte do imposto devido a projetos culturais previamente aprovados. É o caso da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) e de legislações estaduais e municipais inspiradas nela. Nesse modelo, o investimento é privado, mas o incentivo é público, pois decorre de renúncia fiscal autorizada por lei.

Em ambos os casos, o fomento busca redistribuir oportunidades, promover diversidade cultural e fortalecer o papel da cultura como dimensão essencial da vida social e econômica.

E OS EDITAIS?

Os **editais** são instrumentos de chamamento público pelos quais os governos convidam pessoas, grupos e organizações a apresentar propostas culturais para seleção e apoio. Eles garantem os princípios da legalidade, moralidade e transparência, típicos da administração pública, e asseguram que os recursos sejam distribuídos de forma democrática e com as mesmas regras, garantindo equidade no acesso.

Em um edital, o órgão público define: quem pode participar (requisitos de inscrição); quais tipos de ações serão apoiados; quanto recurso está disponível; quais são os critérios de seleção; e como será feito o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas.

As propostas são analisadas por pareceristas ou comissões de avaliação e os projetos selecionados recebem apoio financeiro, técnico ou institucional. Embora os editais tenham se consolidado como o principal instrumento de fomento direto no campo da cultura, eles não devem ser o único mecanismo adotado pelos governos. A dependência desse modelo tende a reforçar desigualdades, pois muitos agentes culturais enfrentam barreiras relacionadas à linguagem técnica, elaboração de projetos, inscrição digital e cumprimento de exigências burocráticas. Além disso, a competição por recursos escassos nem sempre contempla práticas culturais que operam de forma comunitária. Por isso, é fundamental combinar os editais para execução de projetos com outras estratégias de fomento, como apoio continuado, bolsas, premiações, programas de aquisições, iniciativas de formação e outras.

A SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sustentabilidade é a capacidade de manter algo no tempo sem esgotar os recursos nem prejudicar pessoas e ambientes. Em termos simples, é possível atender às necessidades de hoje sem tirar das gerações futuras a chance de atender às delas.

Ela se apoia em dimensões que funcionam juntas:

- **Ambiental:** conservar ecossistemas e recursos naturais;
- **Social:** garantir direitos, inclusão e bem-estar;
- **Econômica:** viabilizar atividades com equilíbrio financeiro e uso responsável de recursos;
- **Territorial:** respeitar identidades, saberes e vínculos com o lugar.

No patrimônio cultural, isso significa preservar bens e práticas enquanto se assegura a continuidade dos modos de vida, a participação das comunidades, a proteção ambiental dos territórios e uma economia justa ao redor desses bens.

Esse princípio deve orientar políticas de gestão do patrimônio, reconhecendo a necessidade de equilibrar a preservação dos bens culturais com as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. Ele reforça a ideia de uma responsabilidade intergeracional, na qual o patrimônio cultural deve ser considerado como herança coletiva para as gerações futuras.

Em consonância, a perspectiva de sustentabilidade do patrimônio cultural adotada pelo Iphan ressalta a promoção de condições que garantam a preservação e a fruição pública dos bens culturais, de forma integrada ao território, às comunidades e às políticas públicas. Esse entendimento dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente a meta 11.4, que propõe "fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo".

A dimensão econômica é um dos eixos centrais da discussão sobre sustentabilidade no campo patrimonial. Ela pode se referir à capacidade de agentes econômicos manterem sua viabilidade financeira com responsabilidade social e ambiental, ao equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, ou ainda à orientação da economia pelo bem-estar coletivo. Quando falamos do patrimônio cultural, a sustentabilidade econômica deve ser pensada para além da eficiência

na gestão de recursos: envolve a viabilidade das práticas culturais no tempo presente e futuro e a continuidade dos modos de vida que lhes dão sentido.

Esta relação fica evidente quando pensamos no Modo de Fazer Viola de Cocho, bem cultural do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A comunidade tem organizado oficinas de construção da viola de cocho que, ao mesmo tempo que mantêm viva a tradição, geram renda para artesãos e jovens aprendizes. O equilíbrio entre valorização simbólica e autonomia financeira contribui para a sustentabilidade econômica do bem.



A sustentabilidade econômica do patrimônio cultural não se refere apenas às condições necessárias para a continuidade das práticas culturais e para a transmissão intergeracional de saberes. Ela envolve também as condições materiais de subsistência de seus detentores e detentoras, além do reconhecimento e valorização da diversidade cultural e da gestão coletiva dos bens culturais.

A **sustentabilidade econômica do patrimônio cultural** é condição para sua continuidade e depende de gestão compartilhada e colaborativa entre comunidades, poder público de todas as esferas e sociedade civil, capaz de equilibrar preservação, geração de renda e repartição justa de benefícios. Quanto mais participativa e equitativa a governança, mais robustos se tornam os mecanismos que asseguram meios de vida, autonomia dos agentes culturais e respeito aos significados territoriais. Mais do que um setor econômico, o patrimônio constitui um campo de forças, no qual se negociam valores, significados, recursos e pertencimentos. Reconhecer essa dinâmica é compreender que o valor do patrimônio está tanto naquilo que ele representa quanto nas relações sociais que o mantêm vivo.



FONTE: ACERVO OBEC BAHIA



Caminhos para uma economia do patrimônio inclusiva e sustentável

A economia do patrimônio deve beneficiar todas as pessoas envolvidas na preservação e na transmissão da cultura: quem cria, produz e transforma; quem ensina, educa e compartilha saberes; quem cuida, restaura e documenta; quem organiza festas, mercados e celebrações; quem comunica, pesquisa e divulga; e também quem acolhe, visita e usufrui dos bens culturais.

Museus, sítios arqueológicos, centros urbanos, feiras tradicionais, festejos, grupos artísticos e ofícios artesanais exigem cuidado constante e investimentos permanentes dos poderes públicos, através das políticas culturais, mas também da sociedade. Gerir o patrimônio cultural, portanto, é investir cole-

tivamente não apenas nos bens, mas nas pessoas, nas redes, instituições e comunidades que sustentam a cultura e fazem dela uma fonte de vida, pertencimento e sustento.

Outro ponto importante é o papel das políticas culturais na promoção da sustentabilidade econômica dos setores artísticos e culturais. A dimensão econômica do patrimônio cultural não se limita a modelos capitalistas de produção. Muitas expressões culturais, como as festas religiosas, o artesanato tradicional e as expressões orais vinculadas a bens imateriais, possuem uma dimensão econômica intrínseca, mesmo que não sejam diretamente comercializadas.

No Brasil, o Iphan e outras instituições têm trabalhado para mostrar que o patrimônio é parte essencial da economia cultural e criativa. Ele gera empregos diretos e indiretos, fortalece o turismo local, estimula o comércio e faz circular ideias, valores e afetos. As ações de preservação tendem a produzir efeitos positivos sobre a vida de uma cidade ou região: reforça o sentimento de pertencimento, cria oportunidades de aprendizagem e incentiva novos usos para espaços, saberes e práticas culturais.

É uma economia **baseada na diversidade e na sustentabilidade**, que reconhece o patrimônio como um recurso vivo, não como algo parado no tempo, mas como uma força criadora capaz de inspirar novas gerações e impulsionar o desenvolvimento dos territórios. Visto desta forma, o patrimônio é uma **força motriz do desenvolvimento local.**

As estratégias de revitalização de áreas urbanas por meio de infraestrutura cultural também fazem parte dessa dinâmica. Elas envolvem a implementação de projetos arquitetônicos e culturais que combinam preservação, criação e uso social dos espaços. Esses projetos podem incluir a restauração de patrimônios históricos, a construção de novos espaços culturais como museus, centros culturais, teatros e galerias, bem como a realização de eventos artísticos que atraem visitantes e fortalecem a economia local. Quando desenvolvidas com participação social e respeito às identidades dos territórios, essas iniciativas geram oportunidades de trabalho, estimulam o turismo e promovem pertencimento e orgulho comunitário.

Mais do que considerar a economia associada apenas ao lucro, à exploração de trabalhadores e de mercados e às lógicas de competi-

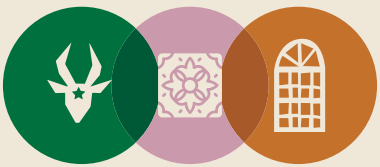
ção, a economia do patrimônio parte de outro ponto de vista: **a de que cuidar da cultura envolve cuidar das pessoas, dos modos de vida, das expressões artísticas, das redes que mantêm vivos os modos de fazer e de viver, dos lugares que dão sentido à coletividade.**

Um exemplo é o trabalho feito por cooperativas de rendeiras no Ceará. Para enfrentar as dificuldades de comercialização, as rendeiras criam cooperativas que organizam a produção, negociam preços justos e oferecem oficinas. Tais experiências mostram como a economia solidária permite que o valor do trabalho seja compartilhado entre todas as participantes, promovendo autonomia, equidade e continuidade do fazer tradicional.

A economia do patrimônio se apoia em práticas que combinam criação, trabalho coletivo, tecnologias sociais e redes territoriais de solidariedade e inovação. Para se tornar sustentável, ela requer:

- **Diversificação das fontes de financiamento**, combinando recursos públicos, privados e comunitários;
- **Modelos cooperativos e solidários**, que valorizem o trabalho coletivo e a economia local;
- **Integração com outras políticas públicas**, como turismo, urbanismo, educação e meio ambiente;
- **Formação e qualificação** de agentes culturais para o fortalecimento da gestão e da autonomia;
- **Monitoramento participativo** e indicadores que avaliem impactos econômicos, sociais e culturais;
- **Governança compartilhada**, com participação ativa das comunidades e repartição justa dos benefícios.

Quando essas condições se articulam, o patrimônio passa a conectar **memória, trabalho e futuro**, demonstrando que a verdadeira sustentabilidade nasce do equilíbrio entre economia, cultura e justiça social.



PARA REFLETIR:

A economia do patrimônio na prática!

- Agora que você chegou ao final desta leitura, que tal reunir as pessoas que colaboram com você na prática cotidiana do seu bem cultural e fazer uma **reflexão coletiva sobre a economia do patrimônio**?
- As perguntas a seguir podem ajudar o grupo a pensar sobre **recursos, sustentabilidade, organização e direitos**.
- Registrem os consensos, as diferenças de opinião e as ideias que surgirem.

1. Recursos e Sustentabilidade

- Quais recursos sustentam o bem cultural? (humanos, materiais, financeiros e simbólicos)
- Há formas de fortalecer esses recursos com apoio comunitário, parcerias ou políticas públicas?
- Que custos e esforços estão envolvidos para manter o bem cultural ao longo do tempo?

2. Trabalho e Organização

- Como o grupo organiza o trabalho e divide responsabilidades?
- Existem parcerias com outras pessoas, grupos ou instituições?
- Como são tomadas as decisões sobre o uso dos recursos (financeiros, tempo, materiais)?
- O grupo realiza algum planejamento coletivo para garantir a salvaguarda e preservação do bem cultural?

3. Transmissão e Sustentabilidade Cultural

- Que ações ajudam a transmitir saberes e também gerar renda, sem perder o sentido da tradição?
- Como os jovens participam da continuidade do bem cultural?
- Existem momentos de formação, aprendizado ou troca intergeracional?

4. Direitos, Proteção e Valorização

- Quais direitos precisam ser garantidos para proteger o bem cultural e as pessoas envolvidas?
  (ex: registro, marca, acordos, consentimentos, autorias coletivas)
- O grupo conhece as políticas públicas, editais ou leis que podem apoiar sua prática?
- Como garantir que os benefícios econômicos sejam compartilhados de forma justa?



Indicações de leitura

MARCOS LEGAIS

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/685819/CF88_EC135_2025_separata.pdf

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm

Legislação de Patrimônio Imaterial. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/legislacoes-e-documentos-de-referencia

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf

UNESCO. Creative economy report 2013: special edition: widening local development pathways. Nova York, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224698

LIVROS

Economia Política da Comunicação e da Cultura. César Bolaño. Editora Paulus, 2000.

Economia do patrimônio cultural. Françoise Benhamou. Edições Sesc, 2016.

As culturas populares no capitalismo. Néstor García Canclini. Brasiliense, 1983.

A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais: conquistas e obstáculos de um percurso. Iphan, 2022.

A alegoria do patrimônio. Françoise Choay. Martins Fontes, 2006.

Criatividade e dependência na civilização industrial. Celso Furtado. Paz e Terra, 1978.

Cultura e desenvolvimento em época de crise. Celso Furtado. Paz e Terra, 1984.

Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira. Cláudia Leitão. Martins Fontes, 2023.

The Political Economy of Communication. Rethinking and Renewal. Vicent Mosco. Sage Publications, 1996.

Global Cultural Policy at the Crossroads: Reflections on the Summit of the Future. Justin O'Connor. Culture Policy Room, 2024. Disponível em: https://resetartsandculture.com/wp-content/uploads/2022/02/CP3-Working-Paper-Art-Culture--and-the--Foundational-Economy-2022.pdf.

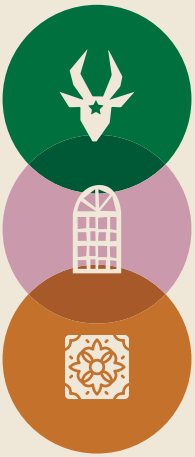
Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Elinor Ostrom. Cambridge University Press, 1990.

Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs. Garamond, 2008.

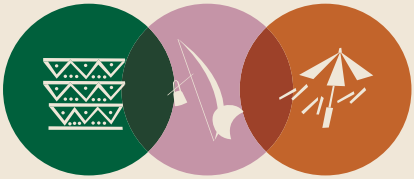
Desenvolvimento como liberdade. Amartya Sen. Companhia de Bolso, 2010.

Indicador de desenvolvimento da economia da cultura. Frederico Barbosa da Silva e Herton Ellery Araújo (Org.). IPEA, 2010.

Economics and culture. David Throsby. Cambridge University Press, 2001.



Este guia foi impresso em Salvador/BA, pela JM GRAFICA E EDITORA LTDA, no ano de 2026, com tiragem de 1.000 exemplares. Tem o formato de 16 × 22cm, miolo em papel couchê fosco 150g/m² e capa em papel couchê 210 g/m² com laminação fosca. Utiliza a tipografia Inter Variable, tamanho 10 pt, entrelinha 13 pt.





Edições IPHAN